



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de Gás GLP P13kg e P45kg, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo no ano de 2026, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º, inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de Gás GLP P13kg e P45kg, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, pelo período de 1 (um) ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIPTIVO	U/C	QTD
COTA RESERVADA			
1	Gás GLP acondicionado em botijões de 13kg	UND	384
3	Gás GLP acondicionado em botijões de 45kg	UND	178
COTA PRINCIPAL			
2	Gás GLP acondicionado em botijões de 13kg	UND	1.152
4	Gás GLP acondicionado em botijões de 45kg	UND	2.306



1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.9 O presente fornecimento é enquadrado como contínuo, tendo em vista que o fornecimento é essencial e permanente para atender a necessidade das Unidades Escolares;

1.10 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado (a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço por item, através do Sistema de Registro de Preços;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A Secretaria de Educação de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para fornecimento de Gás GLP para atender as demandas para a confecção da merenda escolar nas Unidades Escolares do município; Considerando que o fornecimento do Gás de Cozinha (GLP), torna-se de suma importância para o preparo das refeições oferecidas aos alunados da Rede Municipal de Educação. Refeições que contribuem para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do Município, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias; Considerando o quantitativo dos botijões de gás GLP P13 kg e P45 kg estimado para aquisição sob demanda de acordo com a utilização nas Unidades Escolares; O quantitativo do fornecimento de Gás GLP deverá ser efetuado nas Unidades Escolares da rede municipal, nos quantitativos e especificações determinados conforme “Planilha de Distribuição Mensal – Gás GLP” proposta pelo Setor de Nutrição Escolar da Secretaria de Educação; Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários;

2.2 Essa aquisição será processada através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços - SRP .

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)



3.1 Diante da necessidade da confecção de merenda escolar para preparo das refeições oferecidas aos alunados da Rede Municipal de Educação, que contribuem para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do Município, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias, faz-se necessário a aquisição de Gás GLP P13 kg e P45 kg;

3.2 A solução mais eficiente para a contratação do gás foi definida após análise das alternativas disponíveis, levando em consideração aspectos técnicos, econômicos e ambientais. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, conforme os artigos 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021; Essa modalidade foi escolhida por garantir uma maior competitividade entre os fornecedores, o que resulta em uma contratação mais vantajosa para a Administração;

3.3 Para melhor gerenciamento da demanda e otimização dos recursos públicos, foi optado pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, artigo 3º, inciso II:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

3.4 A utilização do SRP é conveniente para a Administração Pública, pois permite o registro do preço dos itens a serem adquiridos, proporcionando liberdade para a realização das aquisições conforme a necessidade da SME, sem a obrigatoriedade de compra imediata;

3.5 Portanto, a contratação proposta contempla uma solução completa para a aquisição de gás, que envolve a análise de demanda, a escolha de uma modalidade de contratação eficiente e a adoção de procedimentos que garantam economicidade, eficiência e segurança para a Administração e para os usuários da Rede Municipal de Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de



sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.1.1.1.2 Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.3 Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA;

4.1.1.1.4. Deverão estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.1.1.1.5. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.1.1.1.6. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos;

4.1.1.1.7. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

I. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

II. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

III. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.1.1.1.8. A pessoa jurídica que execute a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA



também devem ser seguidas;

4.1.2 Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O fornecimento será efetuado nas Unidades Escolares, com prazo de entrega não superior a 1 (um) dia, contados a partir do dia da solicitação da Unidade Escolar;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. **Os bens deverão ser entregues nas Unidades Escolares**, mediante solicitação através de contato telefônico do responsável da unidade;

5.3.1. Os endereços das Unidades Escolares estão acostados em documento anexo a este Termo de Referência;

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).



6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.9. Serão exigidos as Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;



6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº. 14.133/21;

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**



7.2. Os bens deverão ser entregues nas Unidades Escolares, mediante solicitação através de contato telefônico do responsável da unidade. Os endereços das Unidades Escolares estão acostados em documento anexo a este Termo de Referência (Anexo I);

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e ao Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento no artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º, inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;



8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.10. Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no



Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procura-



doria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.



8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.3- Parcela de maior relevância:

- COTA PRINCIPAL: Gás GLP em cilindro de 13Kg (pelo menos 576 Gás GLP em cilindro de 13Kg);

- COTA PRINCIPAL: Gás GLP em cilindro de 45Kg (pelo menos 1.153 Gás GLP em cilindro de 45Kg);

COTA RESERVADA: Gás GLP em cilindro de 13Kg (pelo menos 192 Gás GLP em cilindro de 13Kg);

- COTA RESERVADA: Gás GLP em cilindro de 45Kg (pelo menos 89 Gás GLP em cilindro de 45Kg);

8.15.4- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.5- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.6- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.7- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.8- Registro ou Inscrição junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando o exercício da atividade de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 709, de 14/11/2017, da ANP – Agência Nacional de Petróleo e/ou Autorização fornecida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para o exercício da atividade de Revenda, conforme exigência



do art. 3º da Resolução nº 51, de 30/11/2016 – ANP (Agência Nacional de Petróleo), caso o licitante não seja distribuidor.

8.15.9 - Licença de Operação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;

8.15.10 - Cadastro ativo na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis);

8.15.11 - Certificado de Autorização de Ponto de Revenda ANP;

8.15.12 - Certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros Militar;

8.15.13 - Autorização da ANP para transporte de botijões de gás em caminhões, picapes abertas com proteção lateral e traseira e motos com sidecar.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;



- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.



10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte do LICITANTE, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) pregoeiro(a) durante o certame;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013.
- n) Deixar de apresentar amostras;

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1. Advertência;
- 10.3.2. Multa;
- 10.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



10.4. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.9. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.10. As sanções aqui previstas são independentes, podendo ser aplicadas isoladamente, observando-se que apenas a penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas legalmente cabíveis.

10.11. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.302.208,92 (um milhão, trezentos e dois mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:



Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Educação	07002.1236110532.331 07003.1236510622.349 07004.1236510702.366	150010010000	339030-23

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 12 de janeiro de 2025.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Bruno Valverde Coordenador de Nutrição Escolar Matrícula 107.315	<hr/> Manuella Carestiato Faria Nutricionista Matrícula nº 116.280

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matrícula nº. 990.953



ANEXO I ESCOLAS (Endereço / Telefone / E-mail)	
1	Escola Municipal Acyr Spitz
	Rua José Domingos Benvenuti, s/nº - Lumiar - Cep: 28.616-970
	Tel: (22)99871-9490
	acyrspitz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
2	Escola Municipal Professora Adezir Almeida Garcia
	Av. Antônio Mario de Azevedo, Córrego Dantas (Antigo Centro Adventista) - Cep: 28630-310
	Tel: 2011-6208 Ramal 3116
	adeziralmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
3	Escola Estadual Municipalizada Professora Alberto Meyer
	Rua Manoel Frossard, s/nº - Granja Spinelli - Cep: 28.613-000
	Tel: 2011-6175
	albertomeyer@sme.novafriburgo.rj.gov.br
4	Escola Estadual Municipalizada Alcides Francisco Brantes
	Estrada do Floresta - Salinas, s/nº - Salinas - Cep: 28.600-030
	Tel: 2543-2835
	alcidesbrantes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
5	Escola Estadual Municipalizada Amâncio Mário de Azevedo
	Rua D. João VI, 1647 - Cascatinha - Cep: 28.621-350
	Tel: 2523-7794
	amancioazevedo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
6	Escola Municipal Anna Barbosa Moreira
	Rua Hormindo Silva, s/nº - Praça da Lagoinha - Cep: 28.625-430
	Tel: 2533-2462
	annabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
7	Escola Municipal Batista
	Rua Maria D'Angelo Magliano, nº 58 - Olaria- Cep: 28.620-070
	Tel: 2522-5808
	batista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
8	Escola Municipal Bernardo Pacheco
	Rua João Gonçalves Bastos, s/nº - Santa Bernadete - Cep: 28.610-000
	Tel: 2529-2291
	bernardopacheco@sme.novafriburgo.rj.gov.br
9	Escola Municipal Cecília Meireles



	Rua Tohero Kassuga, 218 - Cascatinha - Cep: 28.621-360
	Tel: 2528-3192
	ceciliameireles@sme.novafriburgo.rj.gov.br
10	Escola Municipal Claudir Antônio de Lima
	Rua Eugênio Nideck, 59 - Catarcione - Cep: 28.614-310
	Tel: 2522-5978
	claudiralima@sme.novafriburgo.rj.gov.br
11	Escola Municipal Cypriano Mendes da Veiga
	Estr.Cypriano Mendes da Veiga, 4.545 - Barracão dos Mendes -Cep: 28.600-991
	Tel: 2543-2764
	cypriano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
12	Escola Municipal Dante Laginestra
	Estr. Friburgo-Sumidouro, Km 13 - Riograndina - Cep: 28.610-000
	Tel: 2540-1363
	dantelaginestra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
13	Escola Municipal Dante Magliano
	Rua Prefeito Cesar Guinle, s/nº - Ponte da Saudade - Cep: 28.615-000
	Tel: 2533-3524
	dantemagliano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
14	Escola Municipal Décio Monteiro Soares
	Avenida Nossa Senhora do Amparo, 3.995 - Prado - Cep: 28.635-010
	Tel: 2527-3857
	deciomonteiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
15	Colégio Municipal Dermeval Barbosa Moreira
	Av. Júlio Antonio Thurler, 335 - Olaria - Cep: 28.620-000
	Tel: 2528-1358 / 2011-6213
	dbm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
16	Escola Municipal Dinah Lantimant Bravo
	Rua João Corrêa da Silva, s/nº - Santo André - Cep: 28.635-270
	Tel: 2527-4472 / 2011-6183
	dinahbravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
17	Escola Municipal Professor Ernesto Tessarollo
	Rua Aureliano Barbosa Faria, 40 - Alto do Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2527-4086
	ernestotessarollo@sme.novafriburgo.rj.gov.br



18	Escola Municipal Estação do Rio Grande
	Praça Nossa Senhora do Rosário, s/n – Riograndina - Cep: 28634-485
	Tel: 2540-1802
	estacaoriogrande@sme.novafriburgo.rj.gov.br
19	Escola Municipal Florândia da Serra
	Buracada dos Gomes, s/nº - Florândia da Serra - Cep: 28.600-000
	Tel: 2543-2814
	florandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
20	Escola Municipal Flores de Nova Friburgo
	Estr. João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.615-055
	Tel: 2523-5005 / 2525-9194 / 2526-4203
	floresnf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
21	Escola Municipal Francisco Silveira
	Rua Marfisa Rosa da Silva , s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-720
	Tel: 2527-4580
	franciscosilveira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
22	Escola Municipal Professora Helena Coutinho (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Joaquim Moreira Pinto, s/nº - Lot. Nosso Sonho - Olaria - Cep: 28.623-670
	Tel: 2522-5657
	helenacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
23	Escola Municipal Hélio Gonçalves Corrêa
	Rua Francisco Primo de Queiroz , 165 - Jardimlândia - Cep: 28.633-240
	Tel: 2529-1010 / 2011-6206
	heliogoncalves@sme.novafriburgo.rj.gov.br
24	Escola Estadual Municipalizada Hermenegildo Gripp
	Rua Dez de Outubro, s/nº - Amparo - Cep: 28.605-970
	Tel: 2541-2097
	hermenegildo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
25	Escola Municipal Hermínia da Silva Condack
	Av. Antonio Mario de Azevedo, Km 13 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-010
	Tel: 2011-6212
	herminiacondack@sme.novafriburgo.rj.gov.br
26	Escola Municipal Hermínia dos Santos Silva
	Rua Lair Rocha Turque, 41 - Chácara do Paraíso - Cep: 28.605-350



	Tel: 2522-6564
	herminiasantos@sme.novafriburgo.rj.gov.br
27	Escola Estadual Municipalizada Honório Tardin
	Estrada João Cabral, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.610-310
	Tel: 2525-9235
	honoriotardin@sme.novafriburgo.rj.gov.br
28	Escola Municipal Iza Saippa Ranucci
	Rua Benjamin Constant, 115 - Duas Pedras - Cep: 28.630-210
	Tel: 2522-4858
	izasaippa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
29	Escola Municipal Izabel Gomes Siqueira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel: 9.8161-9230
	izabelgomes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
30	Escola Municipal Jardel Hottz
	Rua Vicente de Moraes, 29 - Braunes - Cep: 28.611-090
	Tel: 2519-2231
	jardelhottz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
31	Escola Municipal João Vicente Valladares
	RJ 116, KM 69 – Debossan - Cep: 28.615-065
	Tel: 2519-4516 / 2542-1983 (orelhão)
	joaovicente@sme.novafriburgo.rj.gov.br
32	Escola Municipal José Alves de Macedo
	Fazenda Rio Grande, s/n – Conquista - Cep: 28.600-000
	Tel: 2519-6359
	josealvesm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
33	Escola Municipal Monsenhor José Antônio Teixeira
	Estrada Macaé de Cima, s/nº - Lumiar - Cep: 28.620-000
	Tel: 2525-9134
	joseantonio@sme.novafriburgo.rj.gov.br
34	Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira
	Rua Joaquim Moreira Neto, s/nº - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2011-6184
	jk@sme.novafriburgo.rj.gov.br
35	Escola Municipal Lafayette Bravo Filho



	Rua Aureliano Barbosa Faria, s/nº - Lot. Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2520-5321
	lafayettebravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
36	Escola Municipal Maximillian Falck
	Av. Hamburgo, s/nº - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2519-5222/ 99233-7292
	maximillian@sme.novafriburgo.rj.gov.br
37	Escola Municipal Professor Messias de Moraes Teixeira (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Ary Parreira s/nº - Olaria - Cep: 28.620-330
	Tel: 2526-9540 / 2523-3644 / 2011-6182
	messiasmoraes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
38	Escola Municipal Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt
	Rua Dom João VI, s/nº - Praça de Sant'Anna - Cônego - Cep: 28.621-340
	Tel: 2533-1156
	miguelbittencourt@sme.novafriburgo.rj.gov.br
39	Escola Municipal Nair de Araújo Rodrigues
	Rua Dr. Feliciano Benedito da Costa, s/nº -São Geraldo - Cep: 28.630-330
	Tel: 2527-5163 / 2521-6897 (orelhão) / 2525-9147
	nairaraujo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
40	Colégio Municipal Odette Penna Muniz (Rua Euclides Solon de Pontes, 33 – Centro - CE Jamil El-Jaick.) CEP 28.625-020
	Praça da Bandeira, 2 – Vila Nova - Centro - Cep: 28.630-040
	Tel: 2528-8561 / 2011-6211 Ramal 8561
	odette@sme.novafriburgo.rj.gov.br
41	Escola Municipal Padre Rafael
	Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2519-2217
	padrerafael@sme.novafriburgo.rj.gov.br
42	Escola Municipal Pastor Schlupp
	Rua Cinésio da Rocha, s/nº - Parque Mª Tereza - Cep: 28.634-120
	Tel: 2520-5284
	pastorschlupp@sme.novafriburgo.rj.gov.br
43	Escola Municipal Patrícia Jonas Sant'Anna



	Rua São Paulo, s/nº - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2520-6164
	patriciajonas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
44	Escola Municipal Rei Alberto I
	Estrada dos Três Picos, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.635-990
	Tel: 2543-6911
	reialberto@sme.novafriburgo.rj.gov.br
45	Colégio Municipal Rui Barbosa
	Av. Governador Roberto Silveira, 3.650 - Prado - Cep: 28.635-000
	Tel: 2527-7279
	ruibarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
46	Escola Municipal Rui Sanglard
	Rua Isaias de Medeiros Lopes, s/nº - Rui Sanglard - Cep 28.635-000
	Tel: 2527-3944
	ruisanglard@sme.novafriburgo.rj.gov.br
47	Escola Municipal Santa Paula Frassinetti
	Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro - Cep 28625-170
	Tel: 2522-6936
	santapaula@sme.novafriburgo.rj.gov.br
48	Escola Municipal São José
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5129
	saojose@sme.novafriburgo.rj.gov.br
49	Escola Municipal São Judas Tadeu (Funcionando na Estrada Eugênio Gripp, S/Nº, lote 15 – Nova Suíça)
	Rua Romana Villas Boas Schuenck, s/nº - Nova Suíça - Cep: 28.605-706
	Tel: 2522-1458
	saojudas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
50	Escola Municipal São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, 74 - São Pedro da Serra - Cep: 28.616-155
	Tel: 2542-6061
	saopedro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
51	Escola Municipal Tiradentes
	Rua João Lamblet, s/nº - Lot. Tiradentes - Amparo - Cep: 28.605-590
	Tel: 2541-2055



	tiradentes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
52	Escola Municipal Umbelina Breder de Queiroz
	Rua Atalício Schaustz, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.630-740
	Tel: 2520-5197
	umbelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
53	Escola Municipal Vale de Luz
	Rua Sebastião Pereira da Silva, 197 - Cons. Paulino - Cep: 28.633-540
	Tel: 2520-5602
	valedeluz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
54	Escola Municipal Vargem Alta
	Estrada João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.611-990
	Tel: 2519-1015 (orelhão)
	vargemalta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
55	Escola Municipal Vevey la Jolie
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel: 2529-4168 / 2529-4274
	vevey@sme.novafriburgo.rj.gov.br
56	Escola Municipal Victorino Bento de Toledo
	Estrada FRI - 002 - KM 19 - São Lourenço - Cep: 28.620-991
	Tel: 2543-3120
	victorino@sme.novafriburgo.rj.gov.br
57	Escola Municipal Waldir Lopes de Carvalho
	Av: Antonio de Sá Martins, s/nº - Santa Cruz - Cep: 28.630-993
	Tel: 2543-6897
	waldirlopes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
58	Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
	Rua General Osorio, 324 - Centro - Cep: 28.625-630
	Tel: 2533-1178
	eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
59	Escola Municipal Américo Ventura Filho
	Rua Cândido Pardal, 55 - Alto de Olaria - Cep: 28.620-200
	Tel: 2533-2013
	americoventura@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CRECHES (Endereço / Telefone / E-mail)	



60	CMEI Adahil da Cruz
	Rua Eugênio Gripp, s/nº - Braunes - Cep: 28.611-300
	Tel: 2521-7896
	adahildacruz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
61	CMEI Adriano Affonso Freitas
	Rua Antônio Saraiva de Lira, 35 - São Jorge - Cep: 28.600-990
	Tel: 2527-0611
	adrianoaffonso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
62	CMEI Alaene Pacheco Breder
	Av. Nossa Senhora do Amparo, 3525 - Prado - Cep: 28.634-230
	Tel: 2533-2459
	alaenebreder@sme.novafriburgo.rj.gov.br
63	CMEI Augusta Horn
	Praça de Sant'Ana, 85 - Cônego - Cep: 28621-680
	Tel: 2522-3892
	augustahorn@sme.novafriburgo.rj.gov.br
64	Jardim de Infância Bela Vista
	Rua São Paulo, 27 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2533-3916
	belavista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
65	CMEI Brasilina da Rosa Teixeira
	Rua Clarindo da Rosa Teixeira, s/nº - Cons. Paulino - Cep: 28.633-370
	Tel: 2527-2085
	brasilina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
66	CMEI Cantinho Feliz
	RJ 116 - km 72 - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2542-1945/ 2542-2442
	cantinhofeliz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
67	CMEI Carmem Rodrigues de Souza
	Rua Paraiba, 14 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-160
	Tel: 2519-2396
	carmemrodrigues@sme.novafriburgo.rj.gov.br
68	CMEI Clementina Alves Martins
	Rua Geraldo Flauzinio de Oliveira, s/nº - Lot. Nilo Martins/São Geraldo - Cep: 28630-430
	Tel: 2521-6703/ 2519-6155



	clementina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
69	CMEI Conceição Cortes Teixeira
	Rua Tiradentes nº 250 - área B - Centro - Cep: 28623-020
	Tel: 2522-4349
	conceicaocortes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
70	CMEI Dolores de Sá Schuenck
	Rua Rosa Schuenck Toledo, s/nº - Centenário - Cep: 28.630-500
	Tel: 2543-3610/ 2519-6410
	doloresdesa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
71	CMEI Edith Silva Santos
	Rua Virgilio Laginestra nº 486 - Parque Maria Teresa - Cep. 28634-200
	Tel: 2527-8083/ 2580-6017
	edithsilva@sme.novafriburgo.rj.gov.br
72	Jardim de Infância Municipalizado Elisa Teixeira de Uzeda
	Rua Prefeito José Eugênio Muller, s/nº - Centro - Cep: 28.610-010
	Tel: 2523-0813
	elisauzeda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
73	CMEI Elvira Almeida da Silveira
	Av. Antonio Mário de Azevedo, 12.367 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-510
	Tel: 2543-1405
	elviraalmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
74	CMEI Elza Barbosa Melhorança
	Rua José Martins dos Santos, 54 - Olaria - Cep: 28.610-000
	Tel: 2528-0496 / 2533-2720
	elzabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
75	CMEI Emilia Adelaide Ferreira
	Rua Leonino Dutra, 830 - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2521-8440
	emiliadelaide@sme.novafriburgo.rj.gov.br
76	CMEI Emílio Melhorance
	Rua Espírito Santo, s/nº - Olaria - Cep: 28.623-360
	Tel: 2521-5382
	emiliomelhorance@sme.novafriburgo.rj.gov.br
77	CMEI Franz Haug - Aldeia da Criança Alegre
	Travessa José Ernesto Knust, s/nº - Conselheiro Paulino - Cep: 28.635-495



	Tel: 2527-2143 / 2580-6025
	franzhaug@sme.novafriburgo.rj.gov.br
78	CMEI Gilcely Barradas Canto
	Rua Padre Hermann Josef Wriste, s/nº - Barroso/ Amparo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2541-2405
	gilcelybarradas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
79	CMEI Iolanda da Silva
	Rua Maria da Conceição Ribeiro, 228 - Sta. Bernadete - Cep: 28.623-440
	Tel: 2521-8715
	iolanda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
80	CMEI Irineu Mineiro
	Rua Sebastião Thomé, 89 - Catarcione - Cep: 28.614-280
	Tel: 2533-4057
	irineumineiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
81	CMEI Izabel Jovelina Monteiro
	Rua Isaias Medeiros Lopes s/nº - Rui Sanglard - Cep: 28.635-567
	Tel: 2527-3985 / 9.9805-7731
	izabeljovelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
82	CMEI Jamille Constantino Klein
	Rua Marechal Floreano Peixoto, 37 - Perissê - Cep: 28.613-210
	Tel: 2533-2295
	jamille@sme.novafriburgo.rj.gov.br
83	CMEI Jardimlândia
	Rua Benjamim Constant, 850 - Ouro Preto/Jardimlândia - Cep: 28.605-000
	Tel.: 2529-0252
	jardinlandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
84	CMEI João Batista Faria
	Praça 1º de março, 06 - Vilage - Cep: 28.605-170
	Tel: 2523-0429
	joaoabatista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
85	CMEI João Fernandes Moreira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
86	CMEI Júlia Irene Gomes Andrade (Vovó Júlia)



	Rua Presidente Raul Veiga, 210 - Olaria - Cep: 28.623-470
	Tel: 2519-2152
	juliairene@sme.novafriburgo.rj.gov.br
87	CMEI Professora Leda Tavares Moreira
	Rua Prudente de Moraes, 76 – Vila Nova - Cep: 28630-010
	Tel: 2522-9966
	ledatavares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
88	Jardim de Infância Letícia Coutinho Soares
	Rua Ventura Spargoli, s/nº - Prado - Cep: 28.635-080
	Tel: 2527-5140
	leticiaacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
89	CMEI Luz da Serra
	Rua Valença, 185 - Debossan - Cep: 28.615-630
	Tel: 2519-4599
	luzdaserra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
90	Escola Estadual Municipalizada Manoel José Nogueira Peixoto
	Estrada João Heringer , s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.616-055
	Tel: 2519-1147
	manoelnogueira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
91	CMEI Maria Altina Niederauer de Oliveira Jorge
	Rua Servidão Asa Branca, s/nº - Maringá/ Riograndina - Cep: 28634-476
	Tel: 2533-2412
	mariaaltina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
92	CMEI Maria Conceição Abicalil
	Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2522-7789
	conceicaoabicalil@sme.novafriburgo.rj.gov.br
93	CMEI Maria Damasco Mouta
	Rua Guilherme Henrique Spitz, 273 - Lumiar - Cep: 28616-045
	Tel: 9.9221-7300 (Unidade)
	mariamouta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
94	CMEI Maria da Penha Monteiro Silva
	Rua Antônio Lugon, 28 - Amparo - Cep: 28.605-540
	Tel: 2541-2170
	mariadapenha@sme.novafriburgo.rj.gov.br



95	Jardim de Infância Maria Duque Estrada Laginestra (JIMDEL) (Funcionando à Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 40 - Conselheiro Paulino) CEP: 28.633-370
	Rua da Concórdia, 96 - Prado - Cep: 28.635-210
	Tel: 2520-5677/ 9.9215-7008
	jimdel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
96	CMEI Maria Inês Andrade Bachini
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1662 - Córrego D'Antas - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3118
	mariabachini@sme.novafriburgo.rj.gov.br
97	CMEI Maria José Mafort
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5449
	mariamafort@sme.novafriburgo.rj.gov.br
98	CMEI Maria José Mendes Gaspary
	Rua Rodrigues Alves, 36 - São Pedro da Serra - Cep: 28.616-155
	Tel:
99	CMEI Menino Jesus
	Rua Antonio Suaid, 149 - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-750
	Tel: 2527-2972
	meninojesus@sme.novafriburgo.rj.gov.br
100	CMEI Nadir Cardoso
	Rua Lair Rocha Turque, s/nº - Lot. Jacina - Chácara do Paraíso - CEP: 28.605-350
	Tel: 2523-0909
	nadircardoso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
101	CMEI Othelina de Sá Martins Almeida Condack (Funcionando atrás da E. M. Vevey La Jolie)
	Av. Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel.: 2543-4054
	otelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
102	CMEI Padre Luiz Yabar
	Av. Rui Barbosa, 223 - Centro - CEP: 28.610-190
	Tel: 2543-6297
	padreyabar@sme.novafriburgo.rj.gov.br
103	CMEI Padre Luiz Pecci
	Rua José Ernesto Knust, 53 - Cons. Paulino - CEP: 28.633-515



	Tel: 2543-6210
	padrepecci@sme.novafriburgo.rj.gov.br
104	CMEI Princesa Izabel
	Rua Pasteur, 20 - Vale dos Pinheiros - Cep: 28.625-335
	Tel: 2528-4575
	princesaizabel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
105	CMEI São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, nº 36 e nº 50, São Pedro da Serra - Cep:
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
106	CMEI Santa Terezinha
	Rua Cordajás, s/nº - São Jorge - Cep: 28.633-610
	Tel: 2527-8648 / 9-9965-3669
	santaterezinha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
107	CMEI Sebastiana Rosa Carneiro Mello (Av. dos Ferroviários nº 36 - Duas Pedras) CEP 28.633-010
	Av. dos Ferroviários s/nº - Lazaretto (Duas Pedras) - CEP: 28.633-070
	Tel: 2522-6882
	sebastiana@sme.novafriburgo.rj.gov.br
108	CMEI Solares
	Rua Lobianco Pasquale, s/nº - Solares II - São Geraldo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2529-2151
	solares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CONJUNTOS (Endereço/ Telefone / E-mail)	
Conjunto 1	
109	Escola Municipal Odette Rangel Wenderosck (Alair Campos Ouverney)
	Estrada Galdinópolis/Mirandela Rio Bonito de Lumiar s/nº Fri100 - Cep: 28.616-970
	Não possui telefone
110	Escola Municipal Francisco Ouverney
	Córrego do Macuco - Macaé de Cima - Lumiar - Cep: 28.615-800
	Tel: 2542-9804 (orelhão próximo à escola)
	conjunto01@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 2	
111	Escola Municipal Galdinópolis
	Estrada Marcos Heringer, s/n - Galdinópolis - Lumiar - Cep: 28.600-992



	Tel: 2542-9919
112	Escola Municipal Laper Lyra Fagundes
	RJ 142, Km 16 - Santiago - Cep: 28616-970
	Tel: 2542-4005 / 2519-9617
	conjunto02@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 3	
113	Escola Estadual Municipalizada Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar, KM 3 - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4668
114	Escola Municipal Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar - (Boa Esperança de Cima) - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4046
	conjunto03@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 4	
115	Escola Estadual Municipalizada Alípio da Silva Branco
	Rua Alcidiomiro Bussinger, s/n - Stucky - Cep: 28.605-000
	Tel: 2519-4187
116	Escola Estadual Municipalizada José Eugênio Muller
	Fazenda Bela Vista s/nº - Alto das Braunes - Cep: 28.600-000
	Tel: 2526-3296
	conjunto04@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 5	
117	Escola Municipal Celcyo Folly
	Estrada Frib-Amparo, km 9, Parada Folly - Amparo - Cep: 28.605-606
	Tel: 2541-2100
118	Escola Estadual Municipalizada Henrique Carlos Heckert
	Estrada Nathanael Schuenck, s/n - Alto Schuenck - Cep: 28605-000
	Tel: 2541-1429
	conjunto05@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 6	
119	Escola Estadual Municipalizada Ernesto de Souza Cardinot
	Estrada Cardinot, s/n - Campo do Coelho - Cep: 28630-590
	Tel: 2521-6940
120	Escola Municipal Herondino José da Rosa
	Av. Antônio Mário de Azevedo, Km 19 - Conquista - Cep: 28630-590



	Tel: 2529-4001
121	Escola Estadual Municipalizada Flor do Ipê
	Estrada de Campinas, s/nº - Conquista - Cep: 28630-590
	Não possui telefone
	conjunto06@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 7	
122	Escola Municipal Luiz Fonseca
	Estrada Janela das Andorinhas, s/n - Riograndina - Cep: 28600-000
	Não possui telefone
123	Escola Municipal Sítio dos Affonsos
	Estrada Fazenda da Laje, s/n - Conselheiro Paulino - Cep: 28633-000
	Não possui telefone
	conjunto07@sme.novafriburgo.rj.gov.br